



MOVIMENTOS INTER-RELIGIOSOS NO BRASIL: DIREITOS HUMANOS, DECOLONIALIDADE E PLURALISMO EM DEBATE

Interreligious movements in Brazil: human rights, decoloniality and pluralism in debate

Cláudio de Oliveira Ribeiro¹
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

DOI: 10.29327/256659.15.3-1

RESUMO:

O texto apresenta resultados parciais de pesquisa que analisa organizações e movimentos inter-religiosos no Brasil a partir das bases conceituais do *princípio pluralista*. Por meio da observação das práticas e de estudos dos documentos de destacadas experiências inter-religiosas no Brasil, ela objetiva sistematizar o grau de incidência desses grupos nos esforços de aprofundamento da democracia, da defesa dos direitos humanos e da terra, da cidadania, da valorização da diversidade étnica, sexual e de gênero e de outras formas decoloniais efetivas de articulação social contra-hegemônica. Entre os resultados, indicamos bases teóricas que revelam ser necessária, para as análises sociais, uma atenção especial à articulação entre a capacidade de diálogo dos grupos religiosos e os desafios em torno de pautas sociais que reforcem as perspectivas sociorreligiosas decoloniais. Também é mostrado o perfil de algumas experiências inter-religiosas, dentro do escopo da pesquisa.

Palavras-chave: diversidade religiosa; direitos humanos; movimentos inter-religiosos; princípio pluralista; decolonialidade.

¹ Doutorado e mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a graduação no Seminário Metodista Cesar Dacorso Filho-RJ. Atualmente integra o Grupo Inter-institucional de Pesquisa "Espiritualidades, pluralidades e diálogos", da Anptecre/Soter, com base no grupo "Múltiplos", da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: cdeoliveiraribeiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

As descrições realizadas neste texto têm como intenção apresentar uma síntese dos resultados parciais de pesquisa sobre movimentos inter-religiosos no Brasil. Ela está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora, cujo cronograma abarca os anos de 2023 a 2025.

O objetivo geral da pesquisa é investigar movimentos e organizações inter-religiosas no país, buscando identificar, a partir das bases conceituais do *princípio pluralista* (Ribeiro, 2020), os alcances e limitações de tais experiências tendo em vista a capacidade e a relação delas com os processos contra-hegemônicos de aprofundamento da democracia, da defesa dos direitos humanos e da terra, da valorização da cidadania e da diversidade étnica, sexual e de gênero, e de valores e práticas que reforcem as perspectivas sociorreligiosas decoloniais.

Para melhor compreensão dos resultados parciais que serão aqui apresentados, destacamos também, nesse primeiro momento, os objetivos específicos que regem a totalidade da pesquisa: (i) indicar, em síntese, a noção do *princípio pluralista* para análise do objeto da pesquisa, estabelecido a partir dos processos fronteiriços entre a presença pública das religiões, em especial os diálogos inter-religiosos; (ii) identificar as principais questões que demarcam o caminho da análise científica das religiões, em especial no campo religioso brasileiro, a partir de referenciais teóricos que priorizam a ênfase nas fronteiras; (iii) descrever os principais aspectos e perfis das mais destacadas experiências, movimentos e organizações inter-religiosas no Brasil; (iv) cotejar os achados na pesquisa similar, realizada durante o ano de 2015, com a realidade atual dos mesmos movimentos e organizações analisadas na época; (v) investigar, a partir da análise de experiências inter-religiosas no Brasil, as relações entre perspectiva ecumênica inter-religiosa e as esferas que articulam direitos humanos e da terra, democracia e cidadania, valorização da diversidade antropológica e cultural, e mostrar como a emancipação humana vivenciada nas experiências inter-religiosas se articula frontalmente com tais questões.

Levando-se em conta o escopo da pesquisa, até o final dela serão analisados dois blocos de organizações e movimentos inter-religiosos.² O primeiro é composto pelas mesmas

² No tocante à metodologia e às estratégias de ação da pesquisa, as experiências inter-religiosas a serem avaliadas (fóruns inter-religiosos, organizações ecumênicas ou similares) foram definidas a partir dos seguintes critérios: a) ter atividades com certa regularidade, não se resumindo a eventos esporádicos, isto é, com uma identidade (básica) de trabalho e um grupo participante ou dirigente comum (mínimo que seja); b) ter um

iniciativas estudadas na pesquisa realizada em 2015, a saber: 1) Comitê Inter-Religioso do Estado do Pará (CIEPA); 2) Encontro da Nova Consciência – Campina Grande-PB; 3) Fórum Inter-Religioso de Recife-PE, vinculado à Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e organizado pelo Observatório Transdisciplinar das Religiões; 4) Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) – Rio de Janeiro-RJ; 5) Casa das Religiões Unidas (São Paulo e Salvador); 6) **Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER**; 7) Koinonia Presença Ecumênica e Serviço; 8) Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e à Educação Popular (CESEEP); e 9) Rede Ecumênica de Juventude (REJU).

Já o segundo bloco, formado a partir dos critérios definidos pela metodologia da pesquisa feita em 2015 (Ribeiro, 2016), compõe-se, a princípio, das seguintes iniciativas: 1) Movimento Ecumênico de Niterói-RJ; 2) Casa Comum de Alagoas-SE; 3) Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença, de Limeira-SP; 4) Comitê Municipal de Respeito à Diversidade Religiosa, de Juiz de Fora-MG; 5) Fórum Inter-Religioso de Santo André-SP; e 6) Programa Fé no Clima, do Instituto de Estudos de Religião (ISER).³

Até o presente momento, é possível apresentar o acúmulo de bases conceituais e a descrição, em síntese, de alguns aspectos de movimentos e organizações inter-religiosas previstos no escopo da pesquisa. Trata-se do Fórum Inter-Religioso de Recife-PE, de Koinonia

histórico de pelo menos dois ou três anos de atividades e com perspectiva de continuidade para os próximos anos, ou seja, que não seja algo pontual ou que vai ser extinto em breve; c) ter algum material escrito que trate do perfil da experiência, seja eletrônico (*site*, *blog*, páginas), seja impresso (folheto, livreto, publicações etc.), isto é, que haja certo registro para que o acesso não se restrinja a entrevistas ou observação.

³ Não são consideradas diretamente na pesquisa ações especificamente governamentais nos planos estaduais e federal. Estas últimas tiveram certo destaque no período 2002-2016, especialmente motivadas pelos esforços do governo federal brasileiro constituídos a partir da Assessoria da Política da Diversidade Religiosa da Secretaria dos Direitos Humanos (Presidência da República), área responsável pelo planejamento e pela articulação de políticas voltadas à defesa e à promoção da liberdade religiosa no Brasil, ao enfrentamento da intolerância religiosa e à promoção da laicidade do Estado. Nesse âmbito, se destacou o trabalho do Comitê Nacional da Diversidade Religiosa, com uma série de ações no campo dos direitos e da consolidação democrática. Essas iniciativas foram interrompidas no período 2018-2022. Os governos estaduais também têm iniciativas dessa natureza, como: Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade Religiosa, da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo; Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (CEPLIR), da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro; Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa (CDR), da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais; e outros. A exceção será feita para os fóruns inter-religiosos municipais, uma vez que mantêm certo caráter de trabalho de base, similar ao que ocorre com os grupos a serem analisados na pesquisa. Também não consideraremos diretamente diversas organizações e conselhos que agregam iniciativas dentro de um ramo religioso específico, embora com perspectivas de diálogo em ações no campo dos direitos humanos e democracia. Esse é, por exemplo, o caso dos conselhos de igrejas (CLAI, CONIC) ou redes de articulação de religiões afro-brasileiras.

Presença Ecumênica e Serviço, do Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e à Educação Popular (CESEEP) e do Programa Fé no Clima (ISER).

A CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A diversidade religiosa no Brasil e em diversas partes do globo têm gerado novos desafios em diferentes campos do conhecimento, especialmente no da ciência da religião. Não obstante o fortalecimento institucional e popular de propostas religiosas com acentos mais verticalistas – em geral conflitivas, fechadas ao diálogo, marcadas por violência simbólica e de caráter fundamentalista –, o campo religioso tem experimentado também formas ecumênicas de diálogo entre grupos religiosos distintos. Diante desse quadro ambíguo, surgem diversas perguntas: como tal realidade, especialmente com suas contradições, incide no quadro social e político? Como as formas de diálogo inter-religioso interferem no fortalecimento de uma cultura democrática e de perspectivas afins? Qual é o papel de práticas religiosas ecumênicas em um projeto de paz, de defesa dos direitos humanos, da cidadania, da diversidade e de aprofundamento da democracia para as futuras gerações?

Essas e outras indagações similares não encontram respostas razoavelmente seguras. Há um longo e denso caminho de reflexão em direção ao amadurecimento delas. Nos últimos anos, tenho procurado pesquisar acerca do tema do pluralismo religioso (Ribeiro, 2014; 2020). De tantas e variadas temáticas e questões que o debate em torno do pluralismo religioso suscita, uma tem sido destaque e requer um aprofundamento teórico: em que grau a consideração do pluralismo religioso como valor (ou pluralismo de princípio, como alguns se referem) favorece o aprofundamento da democracia e fortalece os espaços de defesa dos direitos humanos e de valorização da cidadania e da diversidade étnica, sexual e de gênero dentro das perspectivas decoloniais.

Aqui estamos diante de duas dimensões. A primeira entende o pluralismo como realidade social marcada pela visibilidade da diversidade religiosa, ou seja, um fato social identificado pela convivência – conflitiva, harmoniosa ou de indiferença – de diversas religiões na sociedade. Já a segunda é de caráter hermenêutico, como um tipo de juízo teológico sobre o pluralismo, vendo-o como algo positivo, como um objetivo a ser alcançado. Embora em nossa pesquisa prevaleça a primeira dimensão, entendemos que temáticas sociais como a defesa dos

direitos humanos, da cidadania, da diversidade e da democracia requerem também perspectivas hermenêuticas a respeito do pluralismo, como a segunda dimensão referida nos indica.

Tais perguntas se colocam, entre outras razões, pelo fato de precisarmos nos ater a um questionamento corrente: se a atual valorização do pluralismo religioso não se dá concomitantemente à perda de força política e social das religiões. Na mesma direção se questiona se a valorização do pluralismo religioso não seria uma forma de ocultar a perda de significado social da religião na atualidade diante da força imperial do sistema econômico.

É fato que as experiências religiosas na atual sociedade globalizada são fortemente influenciadas não somente pelo modelo econômico vigente, mas pelo sistema social capitalista em seu sentido mais amplo, como um aparelho econômico, social e cultural. Por isso, reconhecemos que as análises científicas da religião não podem prescindir da relação com a economia, especialmente a força sedutora do capitalismo globalizado, como força de massificação e uniformização dentro de um quadro crescente de diversidade religiosa.

Tal perspectiva confirma, em certo sentido, as teses que, ao seguirem Walter Benjamin (2013) e Paul Tillich (1956), defendem a ideia da força do sistema capitalista como religião (Löwy, 2014; Yip, 2010; Hinkelammert, 2014), subtraindo dela a importância na organização da vida. No entanto, as religiões como tais, em suas diferentes tradições e sistemas, mantêm polos significativos de presença pública, ora como manutenção do *status quo*, ora como força de contestação social.

Para os propósitos desta pesquisa, interessa a constatação de que se observam na sociedade diversas expressões de presença pública das religiões, articuladas ecumenicamente ou vivenciadas separadamente, que vão em direção do reforço da democracia, do pluralismo, da cidadania e da capacidade contra-hegemônica na defesa dos direitos humanos, como tem nos indicado Boaventura de Souza Santos (2013). Tal realidade está em tensão com os dois aspectos já descritos: a influência do sistema econômico nas formas e expressões religiosas e a força do capitalismo como religião do mundo atual.

Nossa pressuposição é que, não obstante esses dois fatores, as religiões vivem e assentam suas práticas e perspectivas teológicas nas fronteiras do “turbilhão” conflitivo das forças hegemônicas imperiais na sociedade em tensão permanente com os processos contra-hegemônicos que visam ao aprofundamento da democracia para além dos aspectos formais e a defesa radical dos direitos humanos e da terra. E como isso se dá no contexto dos movimentos inter-religiosos no Brasil?

Os processos contra-hegemônicos são variados e de diversas procedências e colorações ideológicas, sem uma estrutura centralizada de articulação, dificultando uma descrição precisa. Todavia, é possível afirmar que a complexidade deles pode ser equacionada naquilo que, no campo político, foi denominado “espírito dos Fóruns Sociais Mundiais”. Os movimentos em torno do Fórum Social Mundial, mesmo com suas contradições em função da natureza política ampla, variada e participativa, articulam a crítica ao sistema econômico com lutas antissistêmicas, como as de naturezas étnicas, raciais, sexuais e as de grupos minoritários.

Há uma série substancial de grupos religiosos direta ou indiretamente ligados ao Fórum, e boa parte protagoniza experiências inter-religiosas de certa repercussão social e densidade no campo das espiritualidades. Todos se colocam na sociedade como força anti-imperial e decolonial.⁴ Em certo sentido, retomam a produção teológica cristã latino-americana que relaciona religião e dominação, especialmente estudos que destacam os aspectos de absolutização do poder econômico e político e como estes incidem negativamente nos processos sociais a ponto de inviabilizar os esforços democráticos e de garantia dos direitos humanos e da terra.

Nas fronteiras entre a importância pública das religiões e a força dos movimentos contra-hegemônicos na sociedade, em boa parte associados direta ou indiretamente a movimentos religiosos, se reforça o interesse pelo pluralismo religioso entendido como valor e pelos esforços de diálogos inter-religiosos em seus diferentes níveis. A pesquisa procurará mostrar como isso se dá no contexto brasileiro e como tais movimentos podem ser mais bem compreendidos a partir do *princípio pluralista*, como indicaremos na sequência.

⁴ Compreendemos a concepção atual de Império como algo que se funda pela identificação de um conglomerado de forças econômicas, políticas e simbólico-culturais provenientes do funcionamento do capitalismo financeiro tardio, que convergem, sem a consideração de fronteiras ou de limites, para um domínio total na sociedade exercido globalmente por elites de intenso poder econômico e militar (Negri; Hardt, 2001).

A linha que costura as questões propostas no quadro referencial da pesquisa se baseia na ideia de que os ajustes sociais e econômicos implementados pelas políticas hegemônicas têm gerado degradação humana, perda do sentido de dignidade e problemas sociais de diversas naturezas, atingindo setores e pessoas mais pobres da sociedade. Além disso, de modo contraditório, em meio à globalização da economia e da informação, emergem com maior intensidade os conflitos étnicos, raciais, sexuais e regionais pelo mundo. As fronteiras que dividem o referido quadro de realidade e as experiências religiosas são tênues, complexas e exigem melhores interpretações.

PLURALISMO RELIGIOSO, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

No debate sobre pluralismo religioso e a relação dele com a sociedade, seguimos a compreensão de que toda e qualquer ação ou reflexão a respeito de democracia e/ou direitos humanos requer análises mais consistentes e posicionamentos mais nítidos acerca das questões que lhes são mais diretamente relacionadas. A lista não é pequena, por isso destacamos o combate aos racismos (Silva, 2003), ao sexismo (Gebara, 2017) e ao homofobismo (Althaus-Reid, 2019; Musskopf, 2012) e a crítica ao sistema capitalista como produtor de desigualdades sociais, violência e pobreza (Wallerstein, 2004).

Realçamos que não se trata de questões paralelas, uma ao lado da outra, mas de um amálgama e entrelaçamento sociocultural que requer permanente e profunda crítica ao sistema econômico, com foco na reflexão e ação sobre as causas das divisões que acontecem na sociedade. No caso das religiões no Brasil, tanto pelas históricas dificuldades no tratamento de tais questões quanto pela riqueza teológica de vários grupos que reagiram aos processos dominantes e se colocaram francamente a favor do aprofundamento da democracia e dos direitos, esse processo avaliativo, reflexivo e propositivo torna-se cada vez mais imperativo.

Nossas análises visam ao reforço de uma lógica plural nos estudos da religião e às consequências desse alargamento para o conjunto da sociedade, tanto em relação às perspectivas teóricas de avaliação sociocultural como ao destaque de novas práticas culturais e religiosas que possam ser mais dialógicas e marcadas pela alteridade, fortalecendo assim os processos de humanização e de democracia.

Como se sabe, os temas relacionados ao pluralismo religioso vêm ganhando destaque no debate acadêmico atual. Em parte, isso se dá como resposta à realidade sociocultural na

qual encontramos nas últimas décadas maior visibilidade da diferença religiosa, no Brasil e no mundo, maior intensidade no debate sobre religião e democracia, especialmente temas ligados à laicidade do Estado, e também à ambiguidade de termos, ao mesmo tempo, situações conflitivas e busca de diálogo entre grupos religiosos distintos em diferentes áreas da vida social. Além disso, também ganha nitidez no país o número de pessoas que se declaram “sem religião”, como mostram os últimos censos do IBGE, reforçando a agenda temática da laicidade do Estado e questões afins.

Com isso, a partir da observação de experiências inter-religiosas no Brasil e baseados no que estamos denominando *princípio pluralista*, desejamos analisar temas de destaque para o cenário das avaliações sociais e teológicas, como o valor do humano e da ética social para o diálogo inter-religioso (Küng, 2004), as possibilidades de uma unidade aberta, convidativa e integradora no âmbito das religiões, a importância pública das religiões (Moltmann, 2004), as religiões como códigos de comunicação (Pikaza; Ibarondo, 2008), a relação entre o poder do Império e suas justificativas teológicas (Rieger, 2009), o entrelaçamento conceitual entre espiritualidade, diálogo e a dimensão inter-religiosa (Wolff, 2016) e o poder do diálogo das religiões – e como este influi na defesa dos direitos humanos, nos processos democráticos, na construção da cidadania e no respeito e afirmação das diversidades (Ribeiro, 2020).

A pressuposição é que a perspectiva ecumênica, tanto em sua dinâmica intracristã como inter-religiosa, uma vez articulada com as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, dentro dos variados contextos históricos, pode oferecer dados para maior densidade e amplitude aos estudos da religião.

O PRINCÍPIO PLURALISTA

A lógica de um princípio pluralista está presente em diferentes autores e autoras – boa parte deles será indicada no decorrer das investigações –, mas a expressão *princípio pluralista* tem um caráter inédito em nossas pesquisas. É fato que a nomenclatura, especialmente por sua sonoridade e constituição, nos remete à ideia do pluralismo de princípio, como nos indicaram Claude Geffré (2004), Jaques Dupuis (1999), John Hick (2005) e estudiosos estudiosas. Para eles, além do pluralismo religioso de fato, como uma das marcas da realidade social, o pluralismo de princípio seria uma plataforma teológica que reconhece e valoriza a realidade do

pluralismo religioso como vontade e automanifestação de Deus para que a ultimidade se revele por meio da diversidade de culturas e religiões.

O *princípio pluralista* contempla tal perspectiva ecumênica, valorativa do diálogo e das aproximações inter-religiosas, mas é mais amplo, pois também se constitui em instrumento de avaliação da realidade social e cultural, sobretudo para melhor compreensão das diferenças, religiosas ou não, que se forjam nos entrelugares das culturas. Ele é um instrumento hermenêutico de mediação teológica e analítica da realidade sociocultural e religiosa que procura dar visibilidade a experiências, grupos e posicionamentos gerados nos entrelugares, bordas e fronteiras das culturas e das esferas de institucionalidades. Também possibilita divergências e convergências novas, outros pontos de vista, perspectivas críticas e autocríticas para diálogo, empoderamento de grupos e de visões subalternas e formas de alteridade e de inclusão, considerados e explicitados os diferenciais de poder presentes na sociedade.

Nossa pressuposição é que o *princípio pluralista*, formulado sob lógicas ecumênicas e de alteridade, propicia melhor compreensão da diversidade do quadro religioso e das ações humanas. Não se trata apenas de uma indicação ética ou “catequética”; com ele, as análises tornam-se mais consistentes, pois favorecem melhor identificação do “outro”, em especial pessoas e grupos invisibilizados dentro da lógica sociológica “das ausências”. A sensibilidade com as distintas expressões culturais ou religiosas, majoritárias ou minoritárias, fronteiriças ou não, contribui para uma “sociologia das emergências” de novos rostos, variados perfis religiosos, multiplicidade de olhares, perspectivas e formas de atuação (SANTOS, 2010b).

Tais perspectivas estão em sintonia com os estudos que enfatizam o surgimento da modernidade como ato de violência e que gerou consequências brutais intrínsecas que prosseguem até hoje (HALL, 1992). Trata-se da visão de que a noção de “moderno” (associado ao “ocidental”) é uma forma ideológica de se estabelecerem um diferencial de poder e um padrão de conhecimento para inferiorizar culturas e povos a partir da dominação econômica. Nesse contexto, ocorre um duplo processo: a noção de Ocidente é, ao mesmo tempo, produto dos meios históricos de domínio, bem como ferramenta, paradigma, para exercer esse mesmo domínio. O *princípio pluralista* se baseia nessa visão socio-histórica.

Portanto, o *princípio pluralista*, arquitetado sob as noções de alteridade, ecumenicidade e polidoxia, pode reforçar as experiências religiosas que se constituem em aprofundamento dos processos de humanização, democracia, cidadania, diversidade antropológica e cultural e

capacidade contra-hegemônica na defesa de direitos humanos e da terra. O mesmo vale quanto à necessidade de tais experiências serem vistas e analisadas considerando-se as relações assimétricas de poder presentes na sociedade. Em ambos os casos, alteridade, visão ecumênica e polidoxia são chaves importantes de interpretação do quadro de pluralismo religioso.

A noção de *alteridade*, advinda do campo da antropologia e da filosofia, está ligada intimamente à perspectiva ecumênica. A capacidade de alteridade é reconhecer um “outro” que está além da subjetividade própria de cada pessoa, grupo ou instituição. Autores como Emmanuel Lévinas (2002) e Martin Buber (1987) aprofundaram a temática. Trata-se de uma postura, método ou sistema de ferramentas científicas que permite redimensionar, em perspectiva, a realidade. Assim, a plausibilidade de dado sistema (religioso ou cultural) se evidenciaria no convívio com o “outro”, e não na confrontação apologética tentando desqualificá-lo. Dessa forma, permite-se uma possibilidade criativa de aproximação e convívio da qual decorrerá melhor compreensão do “outro”, que não mais será visto como exótico, inimigo, inferior ou qualquer outra forma de desqualificação. Com essa perspectiva, recorreremos à concepção de alteridade para a ciência da religião e a aplicaremos em nossa pesquisa.

A compreensão da situação conflitiva das religiões possibilita percebê-las não apenas como negativas, já que podem ser portadoras de uma nova sensibilidade sobre a necessidade de se superarem os antagonismos e a intolerância. Portanto, não obstante os aspectos negativos das interfaces das religiões com a cultura e com a política ao gerar formas de violência, as análises acerca das religiões devem estar atentas à abertura dialogal presente na vida como elemento antropológico. O diálogo eleva a capacidade humana de autorrealização e de realização do outro e é um reconhecimento de que o outro me permite uma transição para uma nova posição.

Tal situação estimula e possibilita as práticas do fazer-se humano e ao mesmo tempo cria condições para que os processos teóricos de compreensão da vida sejam mais completos e consistentes. “Quando o diálogo é estabelecido, não só se experimenta uma preocupação teórica (quem dialoga conosco), mas também é manifestado um compromisso prático, que, ademais, exige uma compreensão mútua” (SANTA ANA, 2010, p. 112). Trata-se do *Eu e Tu*, de Martin Buber. É a consciência se descobrindo a si mesma como existência graças ao outro. Essa

tem sido (e transparece como forte necessidade de ser) uma das fontes fundamentais de inspiração dos movimentos religiosos ecumênicos.

Além das noções de alteridade e ecumenicidade, o *princípio pluralista* está conectado com outra, igualmente destacada: a de polidoxia (PUI-LAN, 2015). Ela é importante, pois inibe interpretações e ações bipolares (do tipo ortodoxia *versus* heterodoxia ou mesmo verdade *versus* heresia). Constituída mediante a crítica e o desmascaramento do pensamento único, é compreendida no contexto de multiplicidade, não saber e relacionalidade das concepções religiosas.

Também como referencial de análise das diferenças culturais e religiosas, indicamos um segundo elemento orientador da pesquisa: as noções de *entrelugar* e de *fronteira*. Fundamentais para a formulação do *princípio pluralista*, elas surgem da busca de um equacionamento mais adequado para as relações entre religião e cultura e se dão dentro do destaque e valorização que os estudos culturais têm tido nos espaços acadêmicos.

Uma das interpelações críticas mais agudas às formas dualistas, bipolares, quase maniqueístas de compreensão da realidade socioeconômica vem da contribuição dos estudos culturais. Para nossas reflexões, especialmente no que comumente nos referimos à necessidade de alargamento de horizontes metodológicos, o “local da cultura” é essencial no processo de estabelecer mediações socioanalíticas para as interpretações sobre o pluralismo religioso.

Seguimos, portanto, a concepção de *entrelugar*, como trabalho fronteiro da cultura, como indica Homi Bhabha em sua obra *O local da cultura* (2001), que requer um encontro com “o novo” que não seja mera reprodução ou continuidade de passado e presente. O conceito de *entrelugar* está relacionado à visão e ao modo como grupos subalternos se posicionam ante o poder e como promovem estratégias de empoderamento. Tais posicionamentos geram *entrelugares* em que surgem com maior nitidez questões de âmbito comunitário, social e político. A posição de *fronteira* permite maior visibilidade das estruturas de poder e de saber, o que pode ajudar na apreensão das subjetividades de povos subalternos. Nossa base, além das ideias de Homi Bhabha, são as de Boaventura de Souza Santos, em *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (2010a) e *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* (2010b).

Esses aspectos teóricos formuladas com base nas concepções de Homi Bhabha e Boaventura de Souza Santos nos permitem reforçar a perspectiva dos estudos culturais que, em solo latino-americano, ganhou um novo conteúdo crítico a partir dos estudos sobretudo de Anibal Quijano, Enrique Dussel (2005), Walter D Mignolo (2007, 2008) e Catherine Walsh (2009). Trata-se da perspectiva ou giro decolonial. Tais expressões, que se distinguem de *pós-colonial* ou de *descolonial*, carregam um sentido estratégico que revela interpelações políticas e epistemológicas de reconstrução de culturas, instituições e relações sociais. Tais interpelações críticas são marcadas por certo caráter propositivo e prático e por ações concretas no âmbito cultural e político. *Decolonial* indica uma desobediência epistemológica sem a qual “não será possível o desencadeamento epistêmico e, portanto, permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases” (Mignolo, 2008, p. 288).

A tarefa decolonial consiste em construir a vida a partir de outras categorias de pensamento que estão além dos pensamentos ocidentais dominadores. É uma postura e atitudes permanentes de transgressão e de intervenção no campo político e cultural, na incidência das culturas subalternizadas e invisibilizadas, nas quais se pode identificar, visibilizar e incentivar lugares de exterioridade e de construções críticas alternativas e plurais. “O paradigma decolonial luta por fomentar a divulgação de outra interpretação que põe em evidência uma visão silenciada dos acontecimentos” e, ao mesmo tempo, revela “os limites de uma ideologia imperial que se apresenta como a verdadeira e única interpretação” (Mignolo, 2007, p. 57).

Outra base conceitual de destaque é formada pelo pensamento complexo, consagrado por Edgar Morin (2010) e outros autores e autoras, em que se criticam os pilares da ciência moderna, sem, contudo, negar a eficácia deles. O pensamento complexo busca questionar e expandir de maneira crítica os pensamentos simplificadoros, partindo da não completude do conhecimento e da aceitação da diversidade dos saberes e percepções sobre o mundo e a vida. A realidade é vista como um tecido de múltiplos fios interligados e em permanente processo de construção e reconstrução.

Como tudo está em intrínseca relação, teríamos a relativização das concepções simplificadoras e dicotômicas, dando lugar a concepções pluridimensionais e complexas da

realidade. Daí a proposta da transdisciplinaridade, que parte de uma revisão crítica da fragmentação das ciências com seus efeitos diversos e propõe uma visão global da realidade capaz de resgatar a totalidade dela e ser ao mesmo tempo integradora e crítica.

Isso nos leva a fazer um percurso que vai da dimensão transdisciplinar à perspectiva transreligiosa. Como nos indica Gilbraz Aragão (2023, p. 142, grifo do original), a “transdisciplinaridade engendra, pois, uma atitude *trans*-cultural e *trans*-religiosa”. Ele mostra que “a atitude *trans*-cultural designa a abertura de todas as culturas para aquilo que as atravessa e ultrapassa, indicando que nenhuma cultura se constitui em um lugar privilegiado a partir do qual podemos julgar universalmente as outras culturas” (Aragão, 2008, p. 142, grifo do original). De modo similar, afirma que nenhuma religião pode ser considerada a única verdadeira e universal, daí a importância de interpretações conjuntivas da cultura, que reúnam e articulem as contradições presentes na globalidade, mas, sobretudo, que não desconsiderem as particularidades, as singularidades e a concretude das vivências. A formulação do *princípio pluralista* bebeu das fontes desse caminho.

A INTERSECCIONALIDADE NAS LUTAS SOCIOPOLÍTICAS

Outro elemento que orienta a pesquisa é o eixo articulador entre a preocupação religiosa pela paz, pela justiça e pela integridade da criação e a crítica às formas e expressões de Império (Rieger; Sung; Miguez, 2012). É fundamental analisar o valor do humano e da ética social para o diálogo inter-religioso, a importância pública das religiões, o poder do Império e o poder do diálogo das religiões. É necessária uma análise atenta aos processos religiosos que florescem no mundo todo e como eles se relacionam entre si e dentro de cada tradição. Esse conjunto de relacionamentos, favorecido enormemente pelos processos de globalização e de fortalecimentos de instituições internacionais governamentais e não governamentais, forjam relacionamentos positivos entre os povos do mundo. Ao mesmo tempo, há situações nas quais tal aproximação se desvanece, o que gera as possibilidades de reinício dos conflitos.

Nos processos sociais de construção da paz e da justiça, as análises globais das relações de dominação são obviamente essenciais. Muitos teólogos e cientistas da religião têm se debruçado sobre as relações Norte-Sul e os interesses econômicos e geopolíticos em torno das relações entre países e o papel das religiões nesses processos. Afirmamos a crítica às relações de dominação e de exclusão que marcam a atualidade e que caracterizam o domínio de um

“novo império”, capitaneado pelo sistema econômico capitalista, que condiciona e dirige todas as formas de pensamento, modos de viver e sistemas de valores.

Tal crítica se dá também a partir das religiões “na medida em que todas elas têm elementos de libertação que são ativados na vivência da necessidade do desenvolvimento de um pensamento crítico diante desse sistema. Isso ocorre com a teologia da libertação, que hoje aparece no interior de todas as religiões do mundo” (Hinkelammert, 2012, p. 60).

Tais perspectivas estão relacionadas à noção de globalização contra-hegemônica. A fragilidade dos direitos humanos – e deveríamos incluir os da terra, como o fazem as principais vozes teológicas no contexto latino-americano (Boff, 2009) – se deve, no entender de Boaventura de Souza Santos (2013), à assimilação em nosso contexto de apenas uma dimensão de tais direitos. Trata-se apenas daqueles estabelecidos pela democracia liberal formal, que, por sua vez, foram incorporados pelos processos de globalização econômica hegemônica.

Encontram-se aí direitos individuais, processos eleitorais, fim institucional da escravidão e dos colonialismos, liberdade religiosa e outras conquistas. No entanto, os processos de globalização hegemônica, cujos interesses econômicos e geopolíticos das elites prevalecem, entram por vezes em turbulência. Isso ocorre quando a “zona de contato” entre eles e as situações mais degradantes da vida revela os conflitos mais agudos, como as mínimas condições de existência e situações graves de violência e opressão social.

Nossas pesquisas têm sido realizadas com a consciência de que há limites nos discursos relativos ao pluralismo religioso, incluindo aqueles construídos nas práticas de defesa dos direitos humanos e na valorização dos processos de humanização e cidadania. Muitas vezes tais discursos são cooptados pela força imperial do sistema capitalista e podem conviver com ela em certa harmonia e assimilação mútua. Há, em alguns momentos, ausência de crítica à força do sistema econômico, responsável pelas violações fundamentais dos direitos, causando formas de cooptação, assimilação e harmonização com visões oriundas da democracia liberal formal.

Por isso, assumimos a perspectiva de uma visão contra-hegemônica dos direitos humanos e dos processos sociais. Consideramos que, para atender a tal conceito, os diálogos e experiências inter-religiosas devem reunir tanto formas de serviço e de compaixão com o sofrimento humano quanto ações e manifestações públicas de protesto e contestação da injustiça social em suas variadas matizes. As lutas contra-hegemônicas pelos direitos humanos

têm em perspectiva a mudança das estruturas sociais e econômicas responsáveis pelas formas de sofrimento injusto, segregações sociais e destruição da vida humana e da natureza. São lutas materiais relacionadas à economia política que está subjacente à produção e à reprodução de relações sociais desiguais (Santos, 2013).

O campo religioso, com toda a sua pluralidade, situa-se no contexto dos conflitos sociais e está assentado na tensão entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica. Basta lembrar que a primeira, “a globalização neoliberal, prossegue com o projeto imperial global, baseado em princípios claramente ocidentais e cristãos inteiramente congruentes com os direitos humanos convencionais” (Santos, 2013, p. 78). Já a segunda, a globalização contra-hegemônica, se dá com a participação efetiva de grupos religiosos, que encontram em suas diferentes bases doutrinárias justificativas para uma inserção social crítica ao sistema.

Nesse sentido, concentraremos os esforços de análise com o recurso do *princípio pluralista*. Com esse referencial conceitual, esperamos avaliar o alcance e os limites de alguns dos mais destacados movimentos inter-religiosos do Brasil. Eles são o objeto da pesquisa. Para constituí-lo, levamos em conta que as visões teológicas de diferentes religiões que se formaram a partir da crítica ao projeto hegemônico de dominação social e econômica – como as perspectivas da libertação, feministas, pluralistas e progressistas – têm elaborado proposições em torno de novos enfoques para a sociedade que considerem uma visão mais aprofundada, e não apenas formal, da democracia e dos direitos humanos e da terra.

Trata-se de um caminho em busca da promoção dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA). Diferentes e significativos movimentos ecumênicos na atualidade, intracristãos e inter-religiosos, têm se debruçado em experiências práticas nessa direção. Eles reforçam, não obstante suas limitações e ambiguidades, espaços de consciência social, coexistencialidade, alteridade, cordialidade, humanização e integração cósmica (Boff; Hatha-Thaway 2012).

Várias percepções podem ser apresentadas como contraponto à visão colonial. Dentro desse quadro, considerando o *princípio pluralista*, é fundamental que se dê maior atenção nos espaços acadêmicos e sociopolíticos a religiões e espiritualidades não hegemônicas, historicamente invisibilizadas. Tal perspectiva seria uma visão concreta do giro decolonial, como movimento teórico, prático, político e epistemológico, de resistência à lógica da modernidade/colonialidade. Trata-se de construir uma epistemologia “de” e “na”

“encruzilhada”, nos sentidos atribuídos pelas epistemologias afro-brasileiras, em especial a noção de encantamento (Simas; Rufino, 2020; Carneiro, 2014).

A mesma atenção deve ser dedicada aos limites das visões ocidentalizadas no tocante à compreensão das espiritualidades tradicionais ameríndias. Seguindo os estudos decoloniais, a categoria religião é inadequada para melhor entendimento das cosmopercepções indígenas (Simões, 2023). Também é significativo realçar, por exemplo, a experiência de uma consciência coletiva como canal de conhecimento de orientação de escolhas (Krenak, 2020), a visão ecofeminista que começa por desmistificar as visões hierárquica, antropocêntrica e androcêntrica da epistemologia patriarcal (Segato, 2022) e a valorização de identidades dissidentes, dissonantes e divergentes, que resistem às estruturas de poder fundamentadas na cristalização das identidades para fins de manutenção do regime heterossexual (Freire, 2022).

As referências aos pensamentos afro-indígenas, assim como ao de grupos de dissidência sexual, de agrupamentos populares e de setores pobres da sociedade, urbanos ou rurais, são categorias colocadas à margem do eixo que sustenta o pensamento eurocentrado, dominante na academia brasileira, incluindo os estudos de religião. Marcado pelas lógicas iluministas, o pensamento ocidentalizado reproduz uma forma de conhecimento que se pauta, de modo excludente, por um modelo de razão que posiciona o ser humano idealizado (branco, hétero e integrante das elites econômicas) e sua racionalidade formal no centro das construções teóricas. O *princípio pluralista*, ao se contrapor a essas lógicas, realça as múltiplas referências e práticas de poder, de saber e de ser que emergem das margens da sociedade e das instituições.

EXPERIÊNCIAS INTER-RELIGIOSAS EM DESTAQUE

Diante das bases conceituais até agora apresentadas, estamos analisando as experiências inter-religiosas já identificadas e listadas inicialmente. Ainda que de maneira preliminar e inconclusa, descrevemos sinteticamente o quadro geral de algumas delas.

OBSERVATÓRIO TRANSDISCIPLINAR DAS RELIGIÕES NO RECIFE-PE⁵

O grupo reúne mais de vinte tradições religiosas no nordeste do Brasil e busca colaborar na construção de uma cultura de paz entre as várias religiões na região, refletindo sobre os desafios da liberdade de crenças e convicções e articulando a convivência entre as diversas espiritualidades. O objetivo é analisar os fatos relacionados aos encontros e desencontros entre religiosidades e convicções na região e promover o diálogo intercultural, inter-religioso e interfés.

Historicamente, a experiência está ligada ao Fórum Inter-Religioso do Recife-PE, posteriormente denominado Diálogos, Fórum da Diversidade Religiosa em Pernambuco, organizado pelo Observatório, que é vinculado à Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Depois de uma fase de (re)conhecimento da variedade de grupos religiosos presentes nesse estado, o Fórum começou a trabalhar questões transversais às tradições espirituais, como “Religiosidade e educação nas escolas”, “Sacrifício e comparações religiosas”, “Tempos pós-modernos, espaços pós-religiosos?!” e “Devoções religiosas comparadas”.

Essa iniciativa inter-religiosa promove ações envolvendo pessoas e grupos de diferentes tradições religiosas para reflexão, em caráter transreligioso, de temas e situações marcadas por lutas políticas libertárias, tendo em vista uma sociedade pluralista e democrática, dentro dos princípios da laicidade do Estado e de defesa dos direitos humanos e da terra. Ela articula encontros de animadores das tradições religiosas da região visando ao conhecimento mútuo e ao exercício de tolerância cultural na tentativa de uma veneração pluralista pelo sagrado.

O grupo procura cultivar tempos e espaços destinados à escuta, ao silêncio e à meditação sobre as vivências da fé, inclusive em suas versões pós-religiosas. Ele realiza um exercício de comunhão com os caminhos espirituais alternativos, no silêncio nutrido pela própria religião e cultura, desejando colaborar para uma atitude transreligiosa que deve se irradiar entre educadores e grupos religiosos de Pernambuco.

Além dos aspectos práticos de diálogo e cooperação inter-religiosa, o Observatório se propõe a analisar o quadro de pluralismo religioso, em especial as práticas dos movimentos de diálogo entre religiões, espiritualidades e convicções na região, explorando a realidade que está

⁵ Descrição baseada nas informações disponíveis em: <https://www1.unicap.br/observatorio2>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

sendo construída entre e além das tradições espirituais, nos espaços fronteiriços das culturas religiosas e nos entrelugares das abordagens científicas. Assim, o trabalho procura sistematizar bases conceituais articulando o *princípio pluralista* com as lógicas ternárias e inclusivas, buscando fundamentos epistemológicos e metodológicos para aprofundar a compreensão e promoção do respeito à diversidade espiritual e do diálogo inter-religioso, interfés e intercultural, colaborando na construção de uma sociedade amplamente participativa e democrática.

CENTRO ECUMÊNICO DE SERVIÇO À EVANGELIZAÇÃO E À EDUCAÇÃO POPULAR (CESEEP)⁶

O CESEEP foi fundado em 1982 com o objetivo de prestar serviços às lideranças de movimentos sociais e comunidades das diferentes igrejas cristãs em seus trabalhos pastorais e de promoção humana. Inspirado na proposta de educação popular desenvolvida pelo educador Paulo Freire, colocou-se, desde a sua origem, a serviço dos movimentos populares, das pastorais sociais e das comunidades e igrejas no acompanhamento de suas ações e projetos. Os cursos que promove ocorrem sempre em um clima de diálogo ecumênico, intracristão e inter-religioso entre as diferentes experiências políticas, sociais, religiosas e culturais. A sede é em São Paulo, mas seu âmbito de atuação se estende a toda a América Latina e Caribe.

Em suas atividades de formação ecumênica inter-religiosa, o CESEEP compreende que a diversidade religiosa está cada vez mais presente nos diversos espaços da sociedade atual: famílias, escolas, locais de trabalho e outros do cotidiano. Portanto, tal situação demanda um convite a posturas de maior abertura e compreensão com as diferentes expressões religiosas. Com a diversidade, é possível descobrir riquezas acerca da história, das crenças e dos valores que se encontram fora do âmbito da religião e visão de mundo de cada pessoa ou grupo. A diversidade os provoca a pensarem a vida e a compreenderem o Mistério, que se manifesta de forma plural. As religiões, em suas diferentes expressões, também são convidadas a ser mais abertas e mais compreensivas umas com as outras e a se comprometer com as causas da humanidade, especialmente aquelas em favor da erradicação da fome e da pobreza, superação das discriminações e injustiças, construção da paz e salvaguarda da integridade da criação.

⁶ Descrição baseada nas informações disponíveis em: <http://ceseep.org.br/novo/>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

A convivência ecumênica marcada pelo respeito à diversidade religiosa, pelo acolhimento das diferenças e pelo reconhecimento da liberdade religiosa é um dos desafios colocados às religiões. Elas são chamadas a respeitar as diferenças e a construir caminhos de convivência e cooperação justa, contribuindo assim para sociedades mais abertas, plurais e democráticas. Também são convocadas a dar testemunho de respeito ao quadro plural em um momento em que muitos conflitos são alimentados por concepções religiosas que defendem a intolerância ou valores que se opõem à diversidade. Diante dessa realidade, as religiões e todas as pessoas e grupos que cultivam suas fés têm a tarefa de educar seus membros para serem pessoas abertas, compreensivas, amorosas e tolerantes a fim de construírem um mundo mais justo e mais humano. O CESEEP procura contribuir com esses desafios nos processos de formação que se propõe a realizar.

KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO

A organização, fundada em 1994 a partir do trabalho do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), é sediada no Rio de Janeiro (RJ) e tem atuação nacional e internacional. Trata-se de uma entidade ecumênica de serviço composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lucrativos. Integra o movimento ecumênico e presta serviços ao movimento social.

A missão de Koinonia é mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulneráveis e em processo de emancipação social e política. Suas atividades se dão nas fronteiras de diferentes espaços, e os serviços oferecidos podem ser compreendidos como entrelugares entre religião e sociedade e entre diferentes atores sociais que visam à emancipação social.

A organização presta serviços e estabelece alianças com a população negra organizada em comunidades urbanas e rurais, trabalhadores rurais, mulheres, jovens, agentes de solidariedade com pessoas que vivem com HIV/Aids e lideranças intermediárias das igrejas e comunidades do Candomblé. Tais ações educativas, em especial com jovens, têm identificado meios para a superação de violações de direitos e das intolerâncias. Destaca-se o trabalho de

⁷ Descrição baseada nas informações disponíveis em: <http://koinonia.org.br/>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

estímulo a interações entre as comunidades religiosas jovens do Candomblé, da Bahia, e comunidades religiosas cristãs, em todo o Brasil, em especial por meio de jornadas ecumênicas.

Koinonia promove ações práticas com forte incidência pública no campo dos direitos. Articulada com outras instituições e movimentos, envida esforços para produzir mudanças políticas e sociais que se traduzam na garantia e na expansão dos direitos de grupos histórica e culturalmente vulneráveis. Para isso, se dedica também à produção de análises de conjuntura e conhecimentos sobre temas estratégicos, em que se destaca a crítica ao sistema econômico. Esse processo contribui para o monitoramento de políticas públicas e do cumprimento de compromissos internacionais por parte do Estado, sobretudo no campo dos direitos.

A entidade ecumênica também se volta à formação política dos diferentes atores sociais implicados na construção de uma sociedade democrática. Para isso, realça em suas atividades variadas questões, como a convivência com a diversidade, a necessidade de enfrentamento de todas as formas de intolerância, bem como a importância da mobilização e sensibilização das comunidades religiosas em torno desses temas.

Na parte formativa, a atuação expressa o compromisso de travar o debate e promover ações interfés sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo entre comunidades religiosas de diferentes tradições. Isso é feito em três linhas de ação: (i) realização de ações educativas sobre saúde e direitos, principalmente, entre comunidades religiosas; (ii) contribuição para superação do estigma e discriminação contra pessoas que vivem ou convivem com HIV/Aids; e (iii) incentivo e apoio a lideranças locais para desenvolverem atividades nos campos da saúde, educação sexual, direitos sexuais e reprodutivos e igualdade de gênero.

Koinonia também trabalha com iniciativas de defesa de direitos e fortalecimento político de comunidades afrodescendentes tradicionalmente estabelecidas no que se convencionou chamar de “territórios negros”. O principal foco são os terreiros de Candomblé e as comunidades remanescentes de quilombos em diferentes regiões do Brasil. Dentre as atividades, vale mencionar as capacitações técnicas em diálogo com os conhecimentos tradicionais, nas quais as comunidades tradicionais realizam práticas produtivas, ações de economia solidária, se apropriam dos mecanismos formais para defender seus direitos e apresentam novas demandas político-sociais.

PROGRAMA FÉ NO CLIMA, DO INSTITUTO DE ESTUDOS DE RELIGIÃO (ISER)⁸

Fé no Clima, articulada por pessoas de diferentes crenças, é uma iniciativa do Instituto de Estudos da Religião (ISER) cuja missão é reunir e engajar lideranças religiosas e indivíduos envolvidos com as questões ambientais para conscientização de suas comunidades de fé no enfrentamento à crise climática. Esse esforço ocorre por meio do diálogo entre religiosos e religiosas, representantes de povos originários, cientistas e ambientalistas com o objetivo de indicar ações e posturas de adaptação, de resiliência e de justiça climática.

O programa foi criado em 2015 no contexto de dois importantes eventos daquele ano: a promulgação da encíclica *Laudato Sí*, do Papa Francisco, e a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (COP 21), ocorrida em Paris. Ele abrange debates entre cientistas, religiosos e povos tradicionais, conversas com lideranças de comunidades de fé, participação em redes e espaços da agenda climática, produção e difusão de informações sobre temas ambientais e climáticos e questões afins.

A compreensão que está na base de Fé no Clima é que os debates acerca das mudanças climáticas não podem ocorrer desconectados das questões sociais e econômicas. O desafio é lidar com as situações das mudanças do clima e refletir sobre seus impactos no agravamento das desigualdades sociais e nas disputas em torno da política econômica global. Trata-se de oferecer um testemunho vivo da possibilidade de comunhão de percepções, aspirações e ações concretas para construir uma sociedade mais justa e de relações respeitadas ante a diversidade de crenças e pertencas religiosas, incluindo as dimensões e as opções seculares de viver a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em sua totalidade pretende apresentar os elementos básicos do perfil das organizações e movimentos inter-religiosos no Brasil e uma interpretação do seu papel na sociedade. Nossa hipótese é que os movimentos inter-religiosos em questão, com base em suas ações práticas e processos de formação e de mobilização, especialmente com seus canais de interação com a sociedade civil e com o espaço público, parecem expressar, ainda que com

⁸ Descrição baseada nas informações disponíveis em: <https://fenoclima.org.br/a-iniciativa/>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

seus limites e ambiguidades, uma visão crítica à lógica do Império, considerando as visões e tarefas decoloniais. Eles, pelo menos em sua maioria, ao valorizarem a vida humana e a natureza acima dos interesses econômicos e ao darem visibilidade às pessoas pobres e aos grupos subalternos de diferentes naturezas, colocariam em questão e evidência o espírito do Império e revelariam, assim, uma reserva de sentido contra hegemônico.

Os referidos movimentos parecem se destacar por serem fontes significativas de recriação simbólica a partir de práticas de contestação ao sistema econômico e de ações de valorização da diversidade étnica, sexual e de gênero e de superação da destruição causada por ele à supressão de direitos, tanto relativos à vida humana como à natureza.

Até o presente, reunimos apenas alguns exemplos de práticas de experiências inter-religiosas no Brasil que mostram potencial crítico às formas de dominação e que acentuam a necessidade de contraposição ao caráter hegemônico imperial das ações políticas e econômicas em curso. As demais iniciativas mencionadas também apresentam, com variação de grau, perspectivas contra-hegemônicas em suas práticas e propostas de ação, mas serão investigadas na sequência da pesquisa. A maioria parece se situar no conjunto de ações em solo brasileiro em favor do aprofundamento da democracia e da luta pelos direitos humanos e da terra, e, considerando a dinâmica de trabalho e atuação social delas, constituem espaços inter-religiosos profícuos e que vão além das formalidades de representação oficial das diferentes religiões.

Para estas reflexões, é de vital importância a distinção das práticas e discursos dos movimentos e organizações em questão, em pelo menos, duas perspectivas. A primeira, com uma conotação religiosa mais explícita e por ser inter-religiosa, não está em sintonia com visões doutrinárias conservadoras ou fechadas, mas, como tendência, não explicitam aspectos de natureza política mais nítida, como a luta pelos direitos humanos, por exemplo, e com as questões que lhes são mais diretamente relacionadas como o combate aos racismos, ao sexismo e ao homofobismo. Além disso, não trata das questões econômicas, especialmente a crítica ao sistema capitalista como produtor de desigualdades sociais. A segunda, as que possuem uma conotação religiosa mais implícita, com crítica ao sistema econômico e com foco na reflexão e ação sobre as causas das divisões que se dão na sociedade.

Para compreender mais adequadamente o impacto das experiências inter-religiosas nos processos de aprofundamento democrático e de fortalecimento dos direitos humanos,

consideramos ser significativa a atenção às tarefas decoloniais, especialmente: a crítica à visão de um pensamento único e à de centrocentrismo; o questionamento da ideia de universalismo, sobretudo das ciências e da ética; a visibilidade política e acadêmico-científica para os saberes dos povos tradicionais; a análise crítica da supremacia da racionalidade técnico-científica em relação às formas de subjetividade e de valorização do corpo; a revisão da noção de indivíduo desprovida da interação constituinte do humano com a comunidade, a história, a natureza e o cosmo; e o exame da ideologia das identidades fixas.

REFERÊNCIAS

- ALTHAUS-REID, Marcella. **Deus Queer**. Rio de Janeiro: Metanoia, Novos Diálogos, 2019.
- ARAGÃO, Gilbraz. Do transdisciplinar ao transreligioso. *In*: TEPEDINO, Ana Maria; ROCHA, Alessandro (orgs.). **A teia do conhecimento: fé, ciência e transdisciplinaridade**. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 133-148.
- ARAGÃO, Gilbraz. Leitura transreligiosa da diversidade espiritual. *In*: RIBEIRO, Claudio de Oliveira (org.). **Horizontes plurais**. São Paulo: Pluralidades, 2023, p. 39-76.
- BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BOFF, Leonardo. **Opção Terra**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BOFF, Leonardo; HATHAWAY, Marc. **O Tao da libertação: explorando a ecologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CARNEIRO, João Luiz. **Religiões afro-brasileiras: uma construção teológica**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DUPUIS, Jacques. **Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso**. São Paulo: Paulinas, 1999.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 55-70.
- FREIRE, Ana Ester Pádua. Um exame da ideologia das identidades fixas. *In*: RIBEIRO, Claudio de Oliveira (org.). **Princípio pluralista e decolonialidade**. São Paulo: Recriar, 2022, p. 175-199.
- GEBARA, Ivone. **Mulheres, religião e poder: ensaios feministas**. São Paulo: Terceira Via, 2017.
- GEFFRÉ, Claude. **Crer e interpretar: a virada hermenêutica da Teologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HALL, Stuart. **Formation of modernity**. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1992.
- HICK, John. **Teologia cristã e pluralismo religioso: o arco-íris das religiões**. Juiz de Fora: PPCIR, 2005.

- HINKELAMMERT, Franz. **A maldição que pesa sobre a lei**: as raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso. São Paulo: Paulus, 2012.
- HINKELAMMERT, Franz. **Mercado versus direitos humanos**. São Paulo: Paulus, 2014.
- KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KÜNG, Hans. **Religiões do mundo**: em busca dos pontos comuns. Campinas: Verus, 2004.
- LÉVINAS, Emmanuel. **De Deus que vem à ideia**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LÖWY, Michael. **A jaula de aço**: Max Weber e o marxismo weberiano. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MIGNOLO, Walter. Delinking. The rethoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural studies*, *Abingdon-on-Thames*, Routledge, v. 2-3, n. 21, March/May 2007, p. 449-514.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: literatura, língua e identidade*, Niterói, n. 34, 2008, p. 287-324.
- MOLTMANN, Jürgen. **Experiências de reflexão teológica**: caminhos e formas da teologia cristã. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MUSSKOPF, André Sidney. **Via(da)gens teológicas**: itinerários para uma Teologia *Queer* no Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.
- NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- PIKAZA IBARRONDO, Xabier. **Violência e diálogo das religiões**: um projeto de paz. São Paulo: Paulinas, 2008.
- PUI-LAN, Kwok. **Globalização, gênero e construção da paz**: o futuro do diálogo interfé. São Paulo: Paulus, 2015.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **Pluralismo e libertação**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **Religião, democracia e direitos humanos**: presença pública inter-religiosa no fortalecimento da democracia e na defesa dos direitos humanos no Brasil. São Paulo: Reflexão, 2016.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **O princípio pluralista**. São Paulo: Loyola, 2020.
- RIEGER, Joerg. **Cristo e Império**: de Paulo aos tempos pós-coloniais. São Paulo: Paulus, 2009.
- RIEGER, Joerg; SUNG, Jung Mo; MIGUEZ, Nestor. **Para além do espírito do Império**: novas perspectivas em política e religião. São Paulo: Paulinas, 2012.
- SANTA ANA, Julio de. **Diálogos inter-religiosos**: dificuldades e promessas. In: SOTER (org.). *Religiões e paz mundial*. São Paulo: Paulinas, 2010, p. 99-117.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010a.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2010b.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo**: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SIMAS, Luis Antônio; RUFINO, Luis. **Encantamento: sobre política de vida**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

SIMÕES, Maria Cecília. Diversidade e pluralidade religiosa e as espiritualidades indígenas: ainda o desafio do outro. *In*: RIBEIRO, Claudio de Oliveira (org.). **Horizontes plurais**. São Paulo: Pluralidades, 2023, p. 191-219.

SILVA, Antônio Aparecido da. Teologia cristã do pluralismo religioso face às tradições religiosas afro-americanas. *In*: ASETT (org.). **Pelos muitos caminhos de Deus**: desafios do pluralismo religioso à Teologia da Libertação. Goiás: Rede, 2003, p. 97-107.

TILLICH, Paul. **The religious situation**. New York: Meridian Books, 1956.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems analysis**: an introduction. Durham; London: Duke University Press, 2004.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: Luchas (de) coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/ Abya Yala, 2009.

WOLFF, Elias. **Espiritualidade do diálogo inter-religioso**: contribuições na perspectiva cristã. São paulo: Paulimas, 2016.

YIP, Francis Ching-Wah. **Capitalism as religion?** A study of Paul Tillich's interpretation of modernity. Massachusetts: Harvard, 2010.

Páginas eletrônicas

<https://www1.unicap.br/observatorio2>. Acesso em: 20 maio 2024.

<http://ceseep.org.br/novo/>. Acesso em: 20 maio 2024.

<http://koinonia.org.br/>. Acesso em: 20 maio 2024.

<https://fenoclima.org.br/a-iniciativa/>. Acesso em: 20 maio 2024.

ABSTRACT:

The text presents partial results of a research that analyzes interreligious organizations and movements in Brazil based on the concept of the pluralist principle. It aims to systematize, based on observation of practices and studies of documents from prominent inter-religious experiences in Brazil, the degree of incidence of these groups in efforts to deepen democracy, the defense of human and earth rights, citizenship, appreciation of ethnic, sexual and gender diversity, and other effective decolonial forms of counter-hegemonic social articulation. Among the results, we present theoretical bases that show that it is necessary, for social analyses, to pay special attention to the articulation between the capacity for dialogue of religious groups and the challenges surrounding social agendas that reinforce decolonial socio-religious perspectives. The profile of some inter-religious experiences within the scope of the research is also indicated.

Keywords: Religious diversity; Human rights; Interreligious movements; Pluralist principle; Decoloniality.

Recebido em 13/06/2024.

Aprovado para publicação em 24/06/2024.